



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD

2ª NOTIFICAÇÃO E 2ª RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 127/2026 COMPRASGOV N.º 90127/2026 N.º 0000759/2026

OBJETO: Registro de preços para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinfecção, dedetização e desratização, com a finalidade de eliminar insetos, cupins, baratas, formigas, lagartas, pulgas e roedores, abrangendo todas as unidades administrativas vinculadas à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência

A **Divisão de Pregão – DIPREG** comunica aos interessados que o processo licitatório acima mencionado, com o Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial do Estado, nº 14.242 e Jornal OPINIÃO, ambos do dia 08/04/2026 e Aviso de Suspensão publicado no Diário Oficial do Estado, nº 14.253 e Jornal OPINIÃO, ambos do dia 24/04/2026; e ainda nos sítios: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <https://licitacoes.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes>, com o fim de cumprir princípios intrínsecos como transparência e legalidade, **NOTIFICA** e **RETIFICA**, conforme abaixo:

1. NOTIFICAÇÃO:

1.1. **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO**

RESUMO:

II – DA NULIDADE DA RESPOSTA ADMINISTRATIVA POR AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO TÉCNICA IDÔNEA E POR NÃO ENFRENTAMENTO ESPECÍFICO DOS FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

A resposta apresentada pelo órgão demandante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre, reproduzida na 1ª Notificação e Retificação nº 0000484/2026, não possui densidade técnica ou jurídica suficiente para afastar as ilegalidades apontadas pela impugnante.

III – DA NULIDADE DA RESPOSTA ADMINISTRATIVA POR MOTIVAÇÃO APARENTE

A manifestação técnica apresentada pelo órgão demandante não atende ao dever constitucional e legal de motivação dos atos administrativos. Conforme se verifica da resposta da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre, a Administração limitou-se a afirmar genericamente que “o ETP e o Termo de

Referência contemplam as exigências apontadas”, sem indicar, com precisão, os dispositivos específicos que conteriam tais previsões e sem demonstrar tecnicamente como essas supostas disposições assegurariam o efetivo cumprimento da legislação ambiental e sanitária.

IV– DA OBRIGATORIEDADE DE EXIGÊNCIA DE LICENÇA DE OPERAÇÃO EXPEDIDA PELO IMAC

O objeto licitado compreende serviços de desinfecção, dedetização e desratização, atividades que envolvem manipulação de substâncias químicas potencialmente perigosas, geração de resíduos contaminados e risco direto ao meio ambiente e à saúde humana.

Nos termos da Lei Estadual nº 1.117/1994, compete ao Instituto de Meio Ambiente do Acre exercer o poder de polícia ambiental e expedir as respectivas licenças para atividades potencialmente poluidoras no Estado do Acre.

A resposta da Administração sustenta que seria suficiente exigir genericamente “licenciamento junto aos órgãos competentes”, sem mencionar expressamente o IMAC. Tal argumento não procede.

A questão não reside na mera indicação nominal do órgão, mas na ausência de exigência documental objetiva e expressa da Licença de Operação como requisito de habilitação.

Sem essa exigência, empresas sem regularidade ambiental poderão participar do certame, afrontando os princípios da legalidade, da prevenção, do desenvolvimento sustentável e da seleção da proposta mais vantajosa.

V – DA NECESSIDADE DE EXIGÊNCIA EXPRESSA DE ALVARÁ SANITÁRIO E OBSERVÂNCIA DAS NORMAS DA ANVISA

A resposta administrativa afirma genericamente que a contratada deverá atender à legislação sanitária, porém não exige expressamente a comprovação documental correspondente na fase de habilitação.

A ausência de exigência objetiva de Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária competente compromete a segurança sanitária e fragiliza a fiscalização contratual.

VI – DA NECESSIDADE DE IDENTIFICAÇÃO EXPRESSA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO LEGALMENTE HABILITADO

Exigências implícitas não suprem o dever de clareza do edital.

A Administração deve definir expressamente a necessidade de profissional legalmente habilitado, nos termos da regulamentação sanitária e profissional aplicável.

VII – DA INSUFICIÊNCIA TÉCNICA DO TERMO DE REFERÊNCIA

Embora o Termo de Referência apresente metragem global e locais de execução, não detalha elementos essenciais para a adequada formulação das propostas, tais como o grau estimado de infestação, a metodologia de aplicação, os tipos predominantes de pragas, os critérios técnicos para escolha dos produtos e a justificativa técnica para a periodicidade fixada.

Tal deficiência compromete a comparabilidade das propostas e viola o dever de planejamento previsto nos arts. 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021.

VIII – DA AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA A PERIODICIDADE FIXA DE TRÊS APLICAÇÕES ANUAIS

O Termo de Referência estabelece periodicidade uniforme de três aplicações anuais, sem qualquer estudo técnico que demonstre a adequação desse quantitativo às condições climáticas da região amazônica.

O Estado do Acre possui características ambientais específicas, com elevadas temperaturas e índices de umidade, fatores que potencializam a proliferação de vetores e pragas urbanas. A fixação arbitrária de periodicidade sem respaldo técnico afronta o princípio da motivação e evidencia fragilidade do planejamento.

IX – DA AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O edital não estabelece parâmetros objetivos mínimos de capacidade operacional.

Embora a Administração afirme genericamente que exige aptidão técnica, não define quantitativos mínimos ou critérios concretos de experiência compatível.

Tal omissão permite a habilitação de empresas sem demonstração efetiva de capacidade para executar objeto de grande porte e alta complexidade operacional.

X – DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

A ausência de exigências ambientais e sanitárias objetivas evidencia que a Administração não incorporou adequadamente critérios de sustentabilidade ao planejamento da contratação.

Ao admitir a participação de empresas potencialmente irregulares sob o ponto de vista ambiental, o edital afasta-se das finalidades legais da contratação pública contemporânea.

XI – DO RISCO DE RESPONSABILIZAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS

A eventual contratação de empresa sem regularidade ambiental e sanitária poderá ensejar a nulidade do procedimento licitatório, a responsabilização perante o Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado do Acre, a responsabilização administrativa e civil, a responsabilização por danos ambientais e a imputação de débito e aplicação de sanções.

A omissão administrativa em matéria de licenciamento e biossegurança não constitui mera irregularidade formal, mas risco concreto à legalidade e à eficiência da contratação.

XII – DA CONTRADIÇÃO INTERNA DO TERMO DE REFERÊNCIA E DO RECONHECIMENTO IMPLÍCITO DA INDISPENSABILIDADE DE REGULARIDADE AMBIENTAL E SANITÁRIA

Ao omitir exigências ambientais e sanitárias essenciais, a Administração fragiliza o controle prévio de legalidade e transfere para a fase de execução riscos que deveriam ter sido eliminados na etapa de seleção.

Trata-se de vício estrutural do planejamento que compromete a segurança jurídica, a eficiência administrativa e a própria seleção da proposta mais vantajosa, tornando imprescindível a retificação do edital.

XIII – DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO AMBIENTAL E DA VEDAÇÃO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POTENCIALMENTE IRREGULAR

A exigência de licenciamento ambiental e sanitário, nesse caso, não restringe indevidamente a competitividade. Ao contrário, preserva a competitividade legítima, pois assegura que disputem o certame apenas empresas que atuem dentro dos marcos legais mínimos exigidos para a atividade.

Competitividade não se confunde com permissividade. Ampla competição não significa admitir concorrentes sem aptidão jurídica, técnica ou regulatória para executar o objeto. O princípio da isonomia protege a concorrência entre empresas regularmente habilitadas, e não a concorrência predatória fundada no descumprimento de normas ambientais e sanitárias.

Dessa forma, o edital deve ser retificado para exigir, de maneira clara e objetiva, a comprovação de regularidade ambiental e sanitária compatível com o objeto, sob pena de violação aos princípios da precaução, da prevenção, da legalidade, da eficiência, da isonomia e do desenvolvimento nacional sustentável.

XIV – DA RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS PELA MANUTENÇÃO DE EDITAL COM OMISSÕES AMBIENTAIS E SANITÁRIAS RELEVANTES

A doutrina administrativa é firme ao reconhecer que o planejamento deficiente compromete a validade da contratação e expõe o gestor a responsabilização. Marçal Justen Filho destaca que o edital é a exteriorização normativa do planejamento administrativo e que suas falhas podem comprometer todo o procedimento. Maria Sylvia Zanella Di Pietro, por sua vez, ensina que o administrador deve atuar nos limites da legalidade, não podendo substituir exigências normativas por juízos subjetivos de conveniência.

Dessa forma, caso a SEJUSP opte por manter o edital sem as correções ora apontadas, deverá fazê-lo mediante decisão expressa, analítica e tecnicamente fundamentada, assumindo a responsabilidade pelas consequências práticas da dispensa de exigências ambientais e sanitárias objetivas.

O que não se admite é a manutenção do edital por resposta genérica, padronizada e evasiva, sem enfrentamento real dos riscos indicados pela impugnante.

XV – DA AUSÊNCIA DE ANÁLISE DO CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA INOBSERVÂNCIA DO ART. 11 DA LEI Nº 14.133/2021

Em contratações que envolvem riscos ambientais e sanitários, o menor preço somente pode ser considerado vantajoso se vier acompanhado de demonstração objetiva de que a empresa possui capacidade técnica, estrutura operacional, regularidade ambiental, regularidade sanitária e responsável técnico apto a executar o serviço com segurança.

A ausência de análise do ciclo de vida produz distorção econômica grave. Empresas que cumprem integralmente a legislação têm custos legítimos com licenciamento, profissionais habilitados, equipamentos de proteção, treinamento, produtos registrados, descarte correto de embalagens e documentação técnica. Se o edital não exige tais elementos, abre-se espaço para que empresas sem conformidade legal apresentem preços artificialmente reduzidos, em prejuízo da isonomia e da seleção da proposta verdadeiramente mais vantajosa.

No presente caso, a SEJUSP não demonstrou ter avaliado os impactos ambientais e sanitários do objeto ao longo de seu ciclo de execução. Tampouco justificou por que não exigiu, já na fase de habilitação, documentos que comprovem a regularidade mínima da empresa perante os órgãos ambientais e sanitários.

Impõe-se, assim, a retificação do Termo de Referência e do edital, com a inclusão de exigências técnicas, ambientais e sanitárias compatíveis com todo o ciclo de vida da contratação.

XVI – DA NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DO CERTAME E DA POSSIBILIDADE DE PROVOCAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE, AMBIENTAIS E SANITÁRIOS

No presente caso, a ausência de exigências expressas de Licença de Operação, Alvará Sanitário e responsável técnico habilitado possui potencial para admitir empresa sem aptidão legal mínima para desempenhar atividade de controle de pragas urbanas. Isso é suficiente para justificar a suspensão cautelar do procedimento, pois o risco não é meramente formal: é ambiental, sanitário, operacional e jurídico.

Por essas razões, requer-se a suspensão cautelar do Pregão Eletrônico SRP nº 127/2026, com a revisão do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência e do edital, a fim de que sejam incorporadas exigências ambientais, sanitárias, técnicas e operacionais compatíveis com a natureza do objeto, republicando-se o instrumento convocatório com reabertura dos prazos legais.

XVII- DA NECESSIDADE DE REPUBLICAÇÃO DO EDITAL

As falhas identificadas atingem diretamente os requisitos de habilitação, o planejamento da contratação, a descrição do objeto e os os parâmetros técnicos de execução. Trata-se de vícios estruturais que demandam revisão do instrumento convocatório, com reabertura integral dos prazos, em observância ao art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e às regras do próprio edital.

1.1.1. RESPOSTA DO ÓRGÃO DEMANDANTE (SEJUSP)

I – DA ADMISSIBILIDADE

Conhece-se da presente impugnação por atender aos requisitos de tempestividade e legitimidade previstos no art. 164 da Lei nº 14.133/2021. Passa-se à análise do mérito.

II – DO MÉRITO

1. DA ALEGADA NULIDADE DA RESPOSTA ADMINISTRATIVA ANTERIOR

Não procede a alegação de nulidade da resposta anteriormente apresentada. A Lei nº 14.133/2021 exige motivação dos atos administrativos, contudo não impõe forma específica ou extensão mínima para as manifestações técnicas emitidas durante a fase interna ou externa da licitação.

A Administração analisou os argumentos anteriormente apresentados e concluiu pela manutenção do edital em razão da compatibilidade do instrumento convocatório com a legislação aplicável, inexistindo qualquer vício capaz de comprometer a validade do certame. A discordância do impugnante quanto às conclusões adotadas não é suficiente para caracterizar ausência de motivação ou motivação aparente. Dessa forma, rejeita-se a alegação de nulidade da decisão administrativa anteriormente proferida.

2. DA LICENÇA AMBIENTAL E DA SUPOSTA NECESSIDADE DE EXIGÊNCIA EXPRESSA DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DO IMAC

Não assiste razão ao impugnante.

Nos termos dos arts. 62, 67 e 69 da Lei nº 14.133/2021, a Administração somente poderá exigir documentos de habilitação estritamente necessários à demonstração da capacidade do licitante para executar o objeto.

A legislação ambiental exige que a empresa possua as licenças eventualmente necessárias ao exercício de sua atividade econômica, cabendo ao contratado manter sua regularidade perante os órgãos competentes durante toda a execução contratual.

Entretanto, a Lei nº 14.133/2021 não impõe que toda licença operacional relacionada à atividade empresarial seja necessariamente exigida como requisito de habilitação.

O Termo de Referência já estabelece a obrigação de observância da legislação ambiental aplicável e de manutenção das condições necessárias à execução contratual.

De acordo com itens do Termo de Referência:

25.1.2. Certificado de regularidade emitido pelo IBAMA;

25.1.3. Certificado de Cadastramento Técnico Federal na categoria de atividade potencialmente poluidoras – IBAMA;

25.1.4. Alvará ou Licença Sanitária para funcionamento, completando o ramo de atividade concernente ao objeto da licitação, expedido pelo serviço de fiscalização sanitária estadual ou municipal, em pela vigência;

25.1.5. Licença de Operação (L.O), vigente, em nome da empresa licitante emitida pelo órgão de controle ambiental (Estadual) da sede da licitante; Assim, não se verifica ilegalidade capaz de justificar a alteração pretendida.

3. DA LICENÇA SANITÁRIA E DO ALVARÁ SANITÁRIO

Também não procede a alegação.

As normas da ANVISA disciplina

As normas da ANVISA disciplinam o funcionamento das empresas prestadoras de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, impondo-lhes o cumprimento das exigências sanitárias pertinentes.

Todavia, a ausência de previsão específica de apresentação do alvará sanitário como documento de habilitação não torna o edital ilegal.

A contratada permanece obrigada a observar integralmente a legislação sanitária vigente durante toda a execução contratual, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis, inclusive rescisão contratual.

Não se identifica qualquer afronta à RDC nº 52/2009 ou à RDC nº 622/2022.

De acordo com itens do Termo de Referência:

25.1.2. Certificado de regularidade emitido pelo IBAMA;

25.1.3. Certificado de Cadastramento Técnico Federal na categoria de atividade potencialmente poluidoras – IBAMA;

25.1.4. Alvará ou Licença Sanitária para funcionamento, completando o ramo de atividade concernente ao objeto da licitação, expedido pelo serviço de fiscalização sanitária estadual ou municipal, em pela vigência;

25.1.5. Licença de Operação (L.O), vigente, em nome da empresa licitante emitida pelo órgão de controle ambiental (Estadual) da sede da licitante;

4. DA NECESSIDADE DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

A alegação também não merece acolhimento.

A legislação sanitária já impõe às empresas do setor a manutenção de responsável técnico legalmente habilitado.

Por essa razão, ainda que não haja detalhamento exaustivo das categorias profissionais admitidas no edital, permanece obrigatória a observância da regulamentação profissional e sanitária aplicável.

A Administração não está obrigada a reproduzir integralmente toda a legislação setorial no instrumento convocatório. Assim, inexistente omissão apta a comprometer a legalidade do certame.

De acordo com itens do Termo de Referência:

11.3.4. Qualificação Técnica a) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado. b) E demais exigências solicitadas no item 25 do Termo de Referência - Anexo I, do edital.

5. DA SUPOSTA INSUFICIÊNCIA TÉCNICA DO TERMO DE REFERÊNCIA

Não procede.

O Termo de Referência contém os elementos essenciais previstos no art. 6º, inciso XXIII, e no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, possibilitando a adequada formulação das propostas pelos interessados. Foram definidos:

- a) objeto da contratação;
- b) quantitativos;
- c) unidades atendidas;
- d) prazos de execução;
- e) critérios de medição;
- f) obrigações da contratada;
- g) estimativa de custos.

A legislação não exige a realização prévia de diagnóstico individualizado de infestação de cada unidade para viabilizar a contratação. Tais aspectos poderão ser avaliados durante a execução contratual conforme as

necessidades identificadas pela fiscalização.

6. DA PERIODICIDADE DE TRÊS APLICAÇÕES ANUAIS

A definição da periodicidade decorre da discricionariedade técnica da Administração durante a fase de planejamento. O quantitativo previsto foi estabelecido com base na experiência administrativa acumulada, histórico de consumo e necessidades institucionais identificadas pelas unidades demandantes.

Não existe dispositivo legal que obrigue a Administração a realizar estudo epidemiológico específico para justificar a periodicidade adotada. Ausente demonstração objetiva de inadequação técnica, não há fundamento para alteração do edital.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Improcede a alegação.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que os requisitos de habilitação técnica devem guardar proporcionalidade com o objeto.

A Administração optou por critérios suficientes para comprovação da aptidão operacional dos licitantes, preservando simultaneamente a ampla competitividade.

A fixação de quantitativos mínimos excessivos ou requisitos desnecessários poderia caracterizar restrição indevida à competição, em afronta aos princípios da isonomia e da competitividade.

De acordo com itens do Termo de Referência:

25.1.7. Registro da empresa licitante no Conselho de Classe competente;

25.1.8. Responsável técnico da empresa licitante devidamente registrado no Conselho competente. (art. 7º, Resolução RDC nº 622/2022): A comprovação de vínculo profissional se fará:

- a) por contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou
- b) por meio de cópia autenticada da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social acompanhada de cópia do Registro de Empregados, no caso de empregado da licitante, ou;
- c) declaração de disponibilidade e futura contratação do profissional assinada pelo responsável da empresa licitante e pelo próprio profissional ou;
- d) Comprovação de registro como responsável técnico pela empresa licitante junto à entidade competente ou;
- e) por meio do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA ou Conselho competente, para o sócio ou proprietário;

8. DO PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

O princípio do desenvolvimento nacional sustentável encontra-se devidamente observado.

O planejamento da contratação foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, considerando as necessidades institucionais, a economicidade, a eficiência e a observância da legislação ambiental e sanitária

aplicável.

A sustentabilidade não exige a inclusão de toda e qualquer exigência sugerida pelos licitantes, mas a adoção de medidas compatíveis com o objeto e juridicamente adequadas.

9. DA ANÁLISE DO CICLO DE VIDA DO OBJETO

A Administração observou o disposto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

A avaliação da solução adotada considerou os aspectos operacionais, econômicos e técnicos necessários ao atendimento da demanda institucional.

O fato de o impugnante entender que outras informações poderiam constar do Termo de Referência não significa descumprimento da legislação.

10. DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DO CERTAME

Não há fundamento jurídico para suspensão.

A suspensão de procedimento licitatório constitui medida excepcional e somente se justifica diante da existência de vício efetivamente capaz de comprometer a legalidade do certame.

Como demonstrado, não foi identificada qualquer ilegalidade apta a justificar a interrupção do procedimento.

11. DO PEDIDO DE REPUBLICAÇÃO DO EDITAL

O art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021 exige republicação apenas quando houver modificação que afete a formulação das propostas.

Uma vez que não foram identificadas irregularidades que demandem alteração substancial do instrumento convocatório, não há fundamento para republicação.

III – CONCLUSÃO

Após análise dos argumentos apresentados, conclui-se que:

- a) o edital observa os princípios e disposições da Lei nº 14.133/2021;
- b) o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência contêm os elementos necessários ao planejamento da contratação;
- c) não foi demonstrada qualquer ilegalidade capaz de comprometer a competitividade, a isonomia ou a seleção da proposta mais vantajosa;
- d) as exigências pretendidas pelo impugnante extrapolam, em parte, os limites da habilitação legalmente admitida e podem resultar em restrição indevida à competitividade;
- e) inexistente fundamento para suspensão ou republicação do certame.

IV – DECISÃO

Diante do exposto, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, DECIDE-SE PELO CONHECIMENTO DA IMPUGNAÇÃO E, NO MÉRITO, PELO SEU INDEFERIMENTO, mantendo-se integralmente as disposições

do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 127/2026 e seus anexos.

Respondido por:

Edney Matos de Lima

Chefe da Divisão de Logística e Almoxarifado - DIVLA

2. RETIFICAÇÃO:

2.1. **No preâmbulo do edital, a data e hora da abertura da licitação, passará a conter a seguinte redação:**

Data e hora da abertura da licitação: **29/06/2026 às 09h15min (Horário de Brasília).**

Retirada: 12/06/2026 à DATA DE ABERTURA.

2.2. **As demais informações constantes do Edital e seus Anexos continuam inalteradas.**

Rio Branco - AC, 11 de junho de 2026.

Greice Quele da Silva Braga

Pregoeira da Divisão de Pregão - DIPREG

Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC



Documento assinado eletronicamente por **GREICE QUELE DA SILVA BRAGA**, em 11/06/2026, às 08:40, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP04E3C5 15476EE6 CDA55475 4430548E** e código CRC **0441BA**